

OS INSTITUTOS FEDERAIS E SUA IDENTIDADE

FEDERAL INSTITUTES AND THEIR IDENTITY

Gaudêncio Frigotto¹

Este texto trata da abordagem da palestra que proferi, no dia 25 de outubro de 2023, no oitavo Workshop de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – VIII Workif/IFMT, realizado no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá/MT.

O gentil convite feito pelo Prof. Dr. Erineudo Lima Canuto, presidente da comissão organizadora do evento, solicitou a minha contribuição no diálogo com a comunidade presente sobre o tema da identidade dos Institutos Federais – IFs, o qual aceitei com muito prazer, por diferentes motivos.

Primeiro, porque participei dos debates de criação da configuração dos Institutos Federais, quando havia uma disputa de alguns Centros Federais de Educação Profissional Tecnológica – Cefets – que buscavam tornar-se Universidades Tecnológicas Federais – UTFs. E aqui não vai uma crítica negativa sobre tal anseio, pois era parte do jogo. Se já havia sido aprovada uma Universidade Tecnológica, por que não outras? Pessoalmente, entretanto, nos debates e por escrito, sempre eu me posicionei contra a criação deste tipo de Universidade, por uma razão simples: todas as universidades públicas lidam com ciência e tecnologia. Também presenciei a resistência de grupos de alguns Cefets, ligados às escolas agrotécnicas federais de alguns estados do sudeste e nordeste, à adesão ao modelo do IF.

O segundo motivo é porque, ao longo dos quinze anos de existência dos IFs, eu acompanho com pesquisas e debates a construção de sua identidade e sua inserção nas comunidades locais onde atuam. Estou efetivando, com apoio do Conselho Nacional de

¹ Doutor em educação, professor titular emérito (aposentado) na Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor associado (aposentado) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma nova pesquisa que investiga o impacto dos Institutos interiorizados no desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida das populações nos territórios em que estão inseridos.

Por fim, porque orientei mais de uma dezena de teses ou dissertações, inclusive de servidores do IFMT, participei de bancas examinadoras de dezenas de dissertações, produtos educacionais e teses, bem como dialoguei sobre o assunto, pelo menos em um debate a cada mês, com diversos *campi*. Isto para dizer que este intercâmbio tem sido permanente e prioridade para mim, pois considero os IFs a mais importante política pública educacional de qualidade interiorizada que já tivemos no Brasil, em especial a que se refere ao ensino médio integrado. A visita aos painéis e estandes do VIII Workif do IFMT, onde jovens, com olhos brilhando, explicavam suas pesquisas, seus experimentos e até produtos, certificou-me disso novamente.

O Ministro da Educação e os “reformadores empresariais da educação brasileira”, bem como o deputado que vai relatar o Projeto de Lei da contrarreforma do ensino médio deveriam estar neste importante evento para perceberem que o que estão propondo se trata de um estelionato que irão cometer contra as próximas gerações e a nação brasileira. Nem a ditadura empresarial militar de 1964 a 1985 fez uma contrarreforma tão nefasta e cínica.

Dialogar para avançar, portanto, é para mim um prazer! E dialogar não significa necessariamente concordar. O dissenso qualificado é fundamental para o avanço da ciência e para a democracia. O sentido do termo no grego Διάλογος é: Διά (através) e λογος (palavra ou, também, interlocução, conhecimento, argumento). Para o filósofo Sócrates, diálogo é a interlocução fundamentada, argumentada entre duas ou mais pessoas em busca do conhecimento verdadeiro. Certamente o diálogo, neste sentido, é algo precário e carente no Brasil e no mundo.

Feita esta digressão introdutória, vou abordar os seguintes itens: as dimensões da identidade definidas pela nova estrutura organizativa e institucional dos IFs; a identidade deles definida por sua finalidade ou função social; e, para concluir, os seus desafios no presente.

1 AS DIMENSÕES DA IDENTIDADE DOS IFs DEFINIDAS PELA NOVA ESTRUTURA ORGANIZATIVA E INSTITUCIONAL

Assim como a identidade de cada ser humano é um processo que se constrói socialmente, a das instituições também o é. Por isso, cabe entender a identidade dos IFs

como um processo em construção. Isto, tanto mais, porque se inserem numa rede de ensino profissional e tecnológico que foi redefinida em sua institucionalidade e em sua função social ao longo dos cento e quatro anos de sua existência. Vejamos: de Escola de Aprendizes Artífices, mormente para desvalidos da sorte (1909), a Liceus Industriais (1930), Escolas Industriais e Escolas Técnicas (1942), Escolas Técnicas Federais (1959), Cefets (1978) e, finalmente, aos Institutos Federais (2008). Não é difícil perceber a natureza ampliada da concepção e educação profissional e tecnológica destes últimos. Para Eliezer Pacheco (2010), quando Secretário de Educação Profissional e Tecnológica no Ministério da Educação (Setec/Mec), em texto que busca caracterizar o sentido da criação dos IFs, assim os intitulou: “Os Institutos Federais: uma **revolução** na educação profissional e tecnológica”.

Uma primeira característica da identidade deles é a nova organização e institucionalidade que vem sendo construída ao longo de seus quinze anos. Trata-se do esforço de integrar culturas institucionais diversas, tanto as de atuação no âmbito industrial quanto as do âmbito agrotécnico. Por outro lado, há grupos de professores que têm história e formação no campo da educação profissional e há os novos, cuja maioria não conhece a rede e sua história. De igual modo, há grupos que defendem a formação profissional e técnica de nível médio específica, com o foco na formação para o chamado mercado de trabalho, e há outros que defendem o ensino médio integrado voltado à formação para a dupla cidadania: formação de sujeitos emancipados que podem atuar ativamente na vida social, cultural e política e que, ao mesmo tempo, são preparados para o trabalho complexo.

Do ponto de vista organizativo e institucional, os IFs configuraram uma nova regionalidade sendo, aproximadamente, 85% dos *campi* interiorizados dentro de um país continental com características regionais diversas. Pode-se afirmar que se trata de um processo que tem o desafio de construir, em sua diversidade, a sua identidade.

Uma terceira característica de identidade da nova estrutura organizacional e institucional é o caráter singular da sua verticalidade que abrange diferentes modalidades de ensino médio, superior e de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*; a integração indissociável entre o ensino, pesquisa e extensão, bem como a sua gestão coletiva que os diferenciam das universidades. E esta diferença se demarca, sobretudo, pelos fins ou missão social que definem a sua identidade, que trato como segundo ponto, a seguir.

2 A IDENTIDADE DOS IFs DEFINIDA POR SUA FINALIDADE OU FUNÇÃO SOCIAL

O fim ou missão social dos IFs define a terceira e fundamental característica de sua identidade institucional. O fim ou missão social dos IFs envolvem três dimensões que têm como base o caráter integrado e indissociável do ensino, pesquisa, extensão na produção de conhecimento potente e com vínculo permanente com as ações concretas nos territórios onde atuam, sendo a gestão a guardiã do seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), definidos coletivamente. Pelo menos, assim deveria funcionar, mas sabemos que nem sempre se segue este caminho.

O primeiro aspecto é o desenvolvimento sustentável local como substantivo e não como etiqueta ou adjetivo, conforme esclarece Leonardo Boff (2011). O avanço do aquecimento global; o envenenamento do solo, da água e do ar por defensivos agrícolas cada vez mais nocivos; a emissão de carbono; a miséria e a fome no Brasil e no mundo; o desemprego estrutural e a precarização do trabalho indicam que o que está avançando é a insustentabilidade. Os dezessete objetivos, e suas especificações, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) estão longe de ser substantivos. Aqui os IFs têm um papel fundamental e um enorme campo de atuação junto às populações no território brasileiro. A pesquisa que estou desenvolvendo terá como resultado um balanço do que os Institutos estão realizando sob esta referida categoria, em sua amplitude, indicada pelos dezessete objetivos da ONU. Certamente não é pouco o que se faz e poderá apontar tendências e eventuais lacunas.

A sustentabilidade tem duas bases: a natureza e o ser humano. A conexão entre ambas se dá pelo trabalho humano, pelo qual se produz a matéria que metabolizamos em nosso corpo e que nos mantém vivos. O trabalho não como sinônimo de emprego, mas como atividade vital do ser humano na apropriação “da matéria natural numa forma útil à própria vida”, como explicita Marx em seu conceito sobre ele:

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (1983, p. 149).

Sob as sociedades de classe, esta atividade vital, mediação de primeira ordem entre o ser humano e a base material de produção e reprodução de sua vida, transformou-se em trabalho escravo na antiguidade, servil na idade média e trabalho alienado no modo de produção capitalista. Sob esta sociedade, o emprego, é na verdade, um quanto de tempo, energia física, intelectual e psíquica que quem é despedido de propriedade vende àqueles que a detém para gerar mais propriedade privada.

O segundo aspecto de identidade da missão dos IFs é a melhoria da qualidade de vida das populações onde eles atuam. A qualidade de vida começa pela satisfação das necessidades imperativas de todos os dias: comer, beber, ter um teto, vestir, e amplia-se pelos direitos sociais do acesso ao conhecimento disponível na sociedade pela educação escolar, saúde, cultura, lazer e pelos direitos subjetivos inerentes a cada ser humano no acesso aos bens básicos e sociais.

Aqui, também, há um amplo campo de atuação no ensino, na pesquisa, na extensão. Muitas vezes são ações muito simples, mas importantes, no campo da saúde, da alimentação, da preservação ambiental. Em todos os IFs, há grupos que atuam nessa direção. Este VIII Workshop do IFMT e as Feiras de Ciência, por exemplo, demonstram o que estou sinalizando.

A terceira característica que define os IFs, desde a sua Lei de criação (1.1892/2008), é a prioridade do ensino médio integrado. Este, na verdade, é o pilar fundamental para as bases duráveis de sustentabilidade e qualidade de vida dos territórios de onde provêm os alunos. Por este entendimento é que na legislação de criação colocou-se a obrigatoriedade de 50%, no mínimo, das vagas ofertadas nos IFs serem para o ensino médio técnico, com incentivo para que se amplie a sua oferta na modalidade de ensino médio integrado, bem como o mínimo de 20% para os cursos de licenciaturas de formação docente para a educação básica e profissional, fundamentais no interior do país. Além disso, conforme estabelecido pelo Decreto 5.840/2006, no mínimo, 10% das suas vagas devem se direcionar para a oferta do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA.

Argumento, brevemente, porque o ensino médio na modalidade de integrado é o pilar da sustentabilidade e da qualidade de vida das populações onde os IFs atuam.

O argumento central é de que somos parte da natureza e dependemos do seu metabolismo, mas ao mesmo tempo nos distinguimos dela como seres sociais que têm a faculdade de idear, planejar, antecipar o que vai fazer e modificar a própria natureza, positiva ou negativamente.

A conexão entre natureza e ser social se dá, como mencionei acima, pelo trabalho humano, mediante o qual produzimos a matéria que metabolizamos em nosso corpo e que nos

mantém vivos. Por isso, o trabalho como valor de uso é um direito humano básico e, do mesmo modo, um dever de todos. Sob este aspecto é que o trabalho socialmente útil é um princípio educativo para não formar mamíferos de luxo que se constituem em exploradores do trabalho de outrem. Vale dizer, para acumularem propriedade e riqueza às custas da exploração dos que têm como única propriedade sua força física e intelectual para negociar com quem quer comprar. A isto chamamos de emprego. Tal relação hoje, quando a tecnologia mais desemprega que emprega, se torna um elemento de instabilidade humana, social e política.

O sistema capitalista, na medida em que torna os bens da natureza (terra, água, minerais etc.) em propriedade privada de poucos, efetiva a ruptura metabólica da conexão entre a natureza e o ser social com as consequências funestas daí decorrentes. A crise estrutural cada vez mais grave torna-se, como analisa Nancy Fraser (2023), um capitalismo canibal que devora empregos, a natureza e a vida de muitos, principalmente pela fome, aquecimento global, violência etc.

O prêmio Nobel de Medicina de 2001, Paul Nurse, numa entrevista que comenta seu livro intitulado “O que é a vida? Compreendendo a biologia em cinco passos”, destaca:

A vida na terra pertence a um único ecossistema, imensamente interligado, que incorpora todos os seres vivos. Tal conexão fundamental vem não apenas da profunda interdependência, mas também do fato de que toda a vida é geneticamente relacionada por raízes evolutivas compartilhadas. [...] Seres vivos são marcados pela interação e essa interação ajuda a entender o que é a vida. A interação entre indivíduos da mesma espécie, nesse sentido, pode bem ser uma metáfora. Estamos falando da Sociobiologia, um campo que nos últimos quarenta anos tem pensado a natureza biológica do ser humano levando em consideração as relações humanas (2021, p. 1-5).

O processo de construção da concepção de ensino médio integrado se ancora no fato de que as diferentes dimensões que constituem a vida humana em sociedade são integradas: o biológico, o social, o econômico, o político, o psicológico, o cultural, o estético etc. Portanto, a integração no processo de construção e socialização do conhecimento escolar não é a justaposição dos campos disciplinares, nem a sua anulação, mas a relação e o diálogo crítico destes campos para a compreensão das diferentes dimensões da vida humana em sociedade.

Daí que, o conhecimento potente que facilita a sustentabilidade e qualidade de vida implica um currículo integrado que se organize dentro de um justo equilíbrio entre as ciências que permitem a compressão do metabolismo da natureza (biologia, física, química) e as que permitem entender os seres humanos em sociedade (história, sociologia, filosofia, geografia, educação física (corpo) literatura, arte, além das linguagens instrumentais (línguas e informática

e matemática). Trata-se de um currículo que dá base para a vida em sociedade e para opções no mundo do trabalho.

3 PARA CONCLUIR: A IDENTIDADE DOS IFs E OS DESAFIOS DO PRESENTE

As diferentes dimensões da identidade como um processo em aberto e, portanto, em construção poderiam ser um tema comum a ser discutido coletivamente como balanço propositivo dos quinze anos de existência dos IFs. Trago, por isto, alguns desafios a partir do que tenho pesquisado e debatido ao longo deste referido tempo.

No plano organizativo, o primeiro desafio a ser destacado é o da estrutura interiorizada e descentralizada dos IFs. Tal situação é um ponto positivo, não só pela abrangência da atuação da Rede Federal que consegue chegar a lugares que antes eram inacessíveis, mas também pela força política que este arranjo permite junto às lideranças locais. Tal potencial nos parece ainda pouco explorado pelos gestores. Nesta positividade, contraditoriamente, há riscos.

Neste ponto, é preciso ponderar, todavia, que se a atuação descentralizada vem acompanhada de maior autonomia, garantindo mais compatibilidade com as demandas e interesses locais, por outro, dificulta a atuação unitária dos Institutos. Vale aqui mencionar a necessidade do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) de atuar como agregador da unidade na diversidade, como órgão capaz de motivar e viabilizar a atuação em rede dos IFs, combatendo e não reforçando a competição interna, buscando ações de colaboração e de fortalecimento político das instituições.

Além de buscar o investimento em obras, em estrutura física, que é importante para o bom funcionamento das instituições, é preciso reconhecer que também é essencial o incentivo de ações que fortaleçam a identidade delas, especialmente por meio de programas de capacitação e formação das equipes. Tais iniciativas, além de serem localizadas em todos os IFs, também podem ser pensadas nacionalmente, fortalecendo a unidade e a identidade desta política pública de educação que, não obstante os quinze anos de existência, ainda é muito recente e deve continuar sua construção de forma colaborativa e exitosa no plano nacional.

Um segundo e fundamental aspecto a ser destacado na busca da unidade na diversidade é sobre a identidade dos IFs que está sendo construída, mediante a unidade indissociável do ensino, pesquisa e extensão, na realização das suas atividades fins, considerando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade das populações locais e regionais em

que estão inseridos. A partir do que busquei sustentar em meus argumentos até agora, um desafio seria centrar os esforços no ensino médio integrado como uma política basilar da identidade institucional, sem desconsiderar a verticalidade.

No contexto de um país extremamente desigual, subdesenvolvido, de capitalismo periférico e dependente, com um histórico educacional marcado pelo dualismo entre escola clássica e escola para o trabalho, é necessário reforçar a discussão sobre uma educação integrada, politécnica e emancipadora nos Institutos, capaz de formar para o trabalho complexo e de desenvolver ciência e tecnologia compatíveis com as demandas sociais da região em que os seus campi estão inseridos.

Após o período pós golpe de estado de 2016, em que a Rede Federal foi questionada e sucateada com os sucessivos cortes no orçamento e que comprometeram profundamente as atividades dos IFs, o cenário político está diferente. No entanto, tal diferença não deve ser entendida como um momento em que tudo é, ou será, fácil. Muito pelo contrário, o atual governo de frente ampla, eleito a partir das forças contraditórias, insere-se num contexto de intensas disputas e conflitos, no qual os Institutos precisam se reposicionar, principalmente diante de novos desafios e políticas. Muito mais que lutar para continuar existindo, a pauta agora é outra: a de como existir e resistir em um novo panorama onde a força do mercado educacional engaiola o MEC no modelo importado do estado do Ceará, cujas diretrizes da política de gestão, conteúdo e métodos de ensinar são dadas por organizações privadas ligadas ao “Movimento Todos pela Educação”.

Quinze anos após a Lei de criação dos IFs, acreditamos que a grande questão seja: resistir enquanto política pública educacional que insiste em ser referência de qualidade, mormente no ensino médio, ou ceder às pressões para seguir a estratégia do atalho que tem sido desde, sobretudo, a ditadura empresarial militar neste nível estratégico para a cidadania e desenvolvimento do país?

Tal questionamento, neste momento específico, se materializa frente à possibilidade de resistência, ou não, em face da contrarreforma do ensino médio em curso. Aderir a essa reforma empresarial do ensino médio será negar o conjunto de dimensões que consubstanciam a identidade da Rede Federal dos IFs (Silva, Frigotto, Kunze, 2023).

Conforme analisa o professor Tiago Favero de Oliveira (2023), do IF Sudeste Minas, Campus Santos Dumont, se os Institutos aderirem à essa reforma, vão se tornar uma espécie de Sistema S estatal, porém não-público.

Espero que as Reitorias dos 38 IFs, os diretores, as chefias, professores e técnicos administrativos dos 670 *campi* lutem para consolidar e avançar a proposta que os criou. Para

isto, mesmo com descensos, o fundamental é buscar o consenso de que a Rede Federal não poderá seguir a contrarreforma para não decretar a sua própria anulação.

A educação pública e a democracia brasileira precisam desta resistência que, certamente, contará com o amplo apoio da comunidade onde os Institutos estão inseridos.

4 REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: adjetivo ou substantivo? **EcoDebate**, Rio de Janeiro/RJ, 8 jul. 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/06/08/sustentabilidade-adjetivo-ou-substantivo-artigo-de-leonardo-boff/>. Acesso em: 20 ou. 2023.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**. Que hacer com este sistema que devora la democracia y el planeta, y hasta pone em peligro su própria existência. Buenos Aires: Editores Siglo Veintuno, 2023.

MARX, Karl. **O Capital**. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NURSE, Paul. Cinco ideias da Biologia que explicam a vida, segundo vencedor do Prêmio Nobel. **Terra Notícias**, São Paulo, 26 ago. 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/cinco-ideias-da-biologia-que-explicam-a-vida-segundo-vencedor-do-premio-nobel,727fb0b00e540d7a6a82115cf48ebcd8zlw75tq5.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

OLIVEIRA, Tiago Favero de. **Contrarreformas neoliberais e formação para o trabalho nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: entre o público e o privado. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2023. 382 f. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/19282>. Acesso em: 18 out. 2023.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais**: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/DF: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/osinstfedera.pdf>. Acesso em 15 out. de 2023.

SILVA, Rose Márcia da; FRIGOTTO, Gaudêncio; KUNZE, Nádia Cuiabano. Ensino médio integrado: resistindo à reforma empresarial da educação. In: MACIEL, Carina Elisabeth; DUARTE, Natalia; SIQUEIRA, Romilson (org.). **Políticas educacionais**: resistência e retomada da democracia e do estado. Brasília/DF: ANPAE, 2023, p. 125-140. Disponível em: <https://cba.ifmt.edu.br/conteudo/noticia/capitulo-ensino-medio-integrado-resistindo-reforma-empresarial-da-educacao/>. Acesso em: 18 out. 2023.